



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 13, Issue, 03, pp. 62116-62119, March, 2023

<https://doi.org/10.37118/ijdr.26270.03.2023>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

O IMPACTO DA DESIGUALDADE SOCIAL E OS ENTRAVES DA PANDEMIA PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DO ENEM

Cezar Bueno de Lima, Marcos José Zablonsky and Letícia Fortes Molina Morelli

Brazil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th January, 2023

Received in revised form

02nd February, 2023

Accepted 27th February, 2023

Published online 28th March, 2023

KeyWords:

Enem; Pandemia de Covid-19;
Ensino Superior; Brasil.

*Corresponding author: Swamy, K.R.M.,

ABSTRACT

Desde 2020, a pandemia da Covid-19 tornou-se o maior desafio internacional do século XXI e provocou uma crise sanitária, social e multifatorial. O processo de adequação ao sistema das aulas remotas, por sua vez, revelou problemas sistêmicos de violação dos Direitos Humanos de muitos estudantes do ensino médio, em especial, dos jovens estudantes pobres e em situação de vulnerabilidade social das escolas públicas. O objetivo da pesquisa é analisar de que forma a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia prejudicaram a preparação dos estudantes para o Enem, principal exame de ingresso às universidades no Brasil. A partir da análise teórica e de dados secundários, constatou-se que a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia prejudicaram a preparação dos estudantes brasileiros para o Enem. O Brasil possui, em média, apenas 1 computador para cada 4 estudantes de 15 anos, e a falta de computadores custou, em média, 90 pontos a menos na prova de redação, diminuindo as chances de obter uma vaga nos programas de financiamento estudantil, como Sisu e Fies. Enquanto um a cada quatro estudantes ricos estão entre os 5% melhores candidatos do Enem, somente um a cada 600 pobres conseguem o mesmo.

Copyright©2023, Swamy, K.R.M. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Cezar Bueno de Lima, Marcos José Zablonsky and Letícia Fortes Molina Morelli. 2023. "O impacto da desigualdade social e os entraves da pandemia para o acesso ao ensino superior por meio do enem". *International Journal of Development Research*, 13, (03), 62116-62119.

INTRODUCTION

Nos primeiros meses de 2022, o retorno às aulas presenciais em escolas públicas e privadas trouxe novos desafios: recuperar o conteúdo não incorporado durante a pandemia e curar sequelas psicossociais de estudantes e professores. Esses problemas são consequências da pandemia, que provocou a suspensão das aulas presenciais e a necessidade de adotar o ensino remoto. Essas mudanças, por sua vez, revelaram problemas sistêmicos no país, os quais constituem o foco do estudo abordado neste artigo: de que forma a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia prejudicaram a preparação dos estudantes para o Enem, principal exame de ingresso às universidades no Brasil. Portanto, os recursos metodológicos adotados foram a análise de dados secundários de fontes governamentais e órgãos independentes representativos do Brasil e a compreensão do marco teórico sobre educação, desigualdade social e políticas públicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os recursos metodológicos adotados foram a análise de dados secundários de fontes governamentais e órgãos independentes

representativos do Brasil e a compreensão do marco teórico sobre educação, desigualdade social e políticas públicas. Os principais autores citados nesta pesquisa são BONETTI (2007), BOURDIEU (2014;1986), SILVEIRA (2013), SOBRINHO (2008) e ZABLONSKY (2018).

RESULTADOS

A pandemia de Covid-19 trouxe à tona a falta de estrutura física, tecnológica e de capacitação dos professores e colaboradores das Escolas Públicas, para dar conta do desafio de ensinar e reter os alunos, numa realidade virtual num período tão longo de dois anos. Nesse sentido, com base nos dados obtidos como resultados da presente pesquisa, constatou-se que o aumento da evasão escolar e a diminuição no número de inscritos nas edições 2020 e 2021 do Enem e no Sisu são consequências diretas as diferenças nas condições de acesso a equipamentos eletrônicos e conexão de internet e das desigualdades sociais persistentes conforme a renda e a região dos estudantes. De modo geral, a análise dos dados revelou que a ausência de um computador em casa ou o acesso à uma conexão deficitária de internet diminui, em média, 90 pontos da prova de redação de cada candidato no Enem, e pode custar uma vaga no

Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), os quais tiveram quedas de 15,6% e 60%, respectivamente, no número de inscritos em 2022. Essa diferença de pontos no Enem custou uma vaga no Sisu ou no Fies para diversos candidatos, relegando os jovens brasileiros a uma formação básica e incompatível com uma perspectiva de desenvolvimento endógeno e sustentável do Brasil, que permanece como um país em desenvolvimento por investir pouco na qualificação dos jovens brasileiros e, dessa forma, ampliar o hiato que o separa dos países desenvolvidos industrializados. Para remediar os prejuízos no acesso à Educação Superior, as políticas públicas são essenciais para instituir medidas sociais que legitimam a história de povos invisibilizados e assegurar-lhes o direito à reparação histórica, como Bonetti explica (2007). Quando se trata de democratizar o acesso ao ensino superior, é imprescindível que o Estado invista, por exemplo, em programas de financiamento estudantil, a fim de inserir esses jovens em um contexto de formação superior capaz de triplicar a renda mensal deles, um dos efeitos da formação universitária apontados por pesquisa do Instituto Semesp (2021).

Com o objetivo de reduzir os impactos da evasão escolar, o próprio MEC lançou, em março de 2022, o programa Brasil na Escola. A ideia é que as medidas de apoio técnico e financeiro às escolas e incentivo à inovação beneficiem um milhão de estudantes em cinco mil escolas do país, combatendo a evasão nos anos finais do ensino médio e entre o 6º e 9º ano. Porém, essa medida é ineficaz diante das desigualdades crônicas que persistem entre os estudantes brasileiros desde antes da pandemia, sobretudo nos critérios de renda e regionalidade. A diferença no desempenho de estudantes com ou sem acesso a computadores e conexão de internet no Enem já era estatisticamente comprovada em 2019, antes mesmo da migração total das aulas para o sistema remoto. Segundo um levantamento realizado pelo UOL com base nos microdados do Enem 2019, a nota média na prova de redação de quem declarou ter internet e computador em casa é 86,6 pontos maior do que a de quem não tem esses recursos, que correspondem a 19,6% dos cinco milhões de candidatos. Dessa forma, o número de jovens no Ensino Superior se aproximaria da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa atingir 33% até 2024. Portanto, "valorizar o mérito" dos estudantes é, nesse caso, sinônimo de abandonar os 10% de estudantes pobres (com renda de até três salários-mínimos) fora da universidade, pois são os mesmos que não atingiram o desempenho no Enem exigido para o Fies. Percebeu-se que, caso o governo federal se esforçasse com medidas concretas para oferecer recursos que ajudem no desempenho dos jovens no Enem, como o acesso à livros didáticos, professores qualificados, computadores e conexão estável de internet nas escolas, os indicadores educacionais de acesso à Educação Superior teriam um resultado mais significativo. Por fim, percebeu-se um direcionamento meritocrático na educação no governo Bolsonaro, que busca isentar-se de responsabilidade pelas desigualdades que aprofundam a elitização do Ensino Superior no Brasil, prejudicando a preparação acadêmica e cultural para fazer a melhor escolha de cursos e profissão. No novo governo que começou em 2023, as perspectivas são de um realinhamento nos programas e políticas públicas educacionais, com o objetivo de retomar a educação pública de qualidade e para todos.

DISCUSSÃO

Relacionando Bourdieu (1986), Bonetti (2007) e Silveira (2013), torna-se evidente que a meritocracia é uma ideia que vela o monopólio dos principais símbolos de distinção social por parte das classes sociais hegemônicas, utilizando o discurso de que 'o esforço pessoal' é a chave para conquistar espaços de poder e uma efetiva mobilidade social. O argumento do mérito, nesse sentido, funciona como uma 'cortina de fumaça' para a perpetuação sistêmica das desigualdades sociais no Brasil, as quais se destacam visivelmente nas estatísticas.

A desigualdade social presente na sociedade brasileira constituiu-se em decorrência da privação de bens e direitos por uma parte

significativa da população. Ainda hoje, a distância entre pobres e ricos no país é abismal, apesar da melhoria das condições de uma parcela significativa da sociedade nos últimos 20 anos. (ZABLONSKY, 2018, p. 39)

Considerar esse e outros aspectos estatísticos e sociológicos é essencial para dimensionar e compreender a realidade social do Brasil, a fim de elaborar políticas públicas efetivas para remediar e solucionar as desigualdades que segregam determinadas classes sociais do acesso à espaços de poder, pois, de acordo com BONETTI (2007, p.57), o caráter de uma política pública "[...] é construído desde o momento da sua elaboração até a sua operacionalização, assumindo importância decisiva na formação desse caráter a correlação de forças sociais envolvidas". Por isso, quando se trata de democratizar o acesso ao ensino superior, é imprescindível que o Estado reconheça, por exemplo, as nove gerações que jovens brasileiros nascidas entre os 20% mais pobres levam para atingir a renda média do país e invista em programas de financiamento estudantil, a fim de inserir esses jovens em um contexto de formação superior capaz de triplicar a renda mensal deles (segundo estimativa do Instituto Semesp - 2021).

Vislumbrando ascender socialmente e a fim de conquistar espaços até então inacessíveis, jovens oriundos das camadas populares, a partir do ingresso no Ensino Superior, estão tendo a possibilidade de reivindicar melhores condições de vida por meio do acesso à educação. (ZABLONSKY, 2018, p. 40)

Um levantamento da consultoria IDados, realizado no primeiro trimestre de 2020, revelou que 40% dos brasileiros graduados entre 22 e 25 anos (525,2 mil pessoas) exercem ocupações que não exigem Ensino Superior. A pandemia, portanto, foi mais um agravante para a desaceleração da economia brasileira, que já passava por dificuldades desde 2015.

Com sucessivos anos de baixo crescimento do PIB, o número de vagas de trabalho compatíveis com a formação superior tornou-se insuficiente para o número de jovens diplomados. Portanto, ampliar a taxa de jovens ingressantes e concluintes de cursos superiores não foi o problema para o aumento de diplomados exercendo empregos de baixa qualificação: a razão para isso foi o fato de a retração nacional da economia brasileira coincidir com o período de inserção desses jovens no mercado de trabalho, problema que ainda persiste atualmente.

Em valores absolutos, comparando a transição do quarto trimestre de 2014 com o primeiro trimestre de 2015, com a transição do quarto trimestre de 2018 para o primeiro trimestre de 2019, a população de jovens que transitou da ocupação para o desemprego aumentou em 187 mil; a de jovens fora da população economicamente ativa (PEA) que transitaram para o desemprego, em 378 mil; e a de desempregados que se mantiveram nesse estado, em 1,17 milhão. Portanto, o fluxo mais importante para explicar o aumento no desemprego é o de permanência na condição de desempregado. (IPEA, 2020, p.15)

O cenário descrito acima retrata bem a situação de vulnerabilidade dos jovens brasileiros relativa à formação acadêmica, oportunidade de trabalho e perspectiva de ascensão social. No Brasil, o principal meio de ingresso dos estudantes ao Ensino Superior é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Após sua reformulação em 2009, o Enem permitiu aos estudantes utilizarem suas notas para pleitearem vagas em instituições públicas e privadas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), respectivamente. Para Sobrinho (2008), o reconhecimento do Enem e dos demais testes de ingresso ao ensino superior depende do cumprimento de um aspecto social essencial, que é "[...] pôr em questão - isto é, refletir sobre - os sentidos e os valores do cumprimento do mandato social da educação que os atores, os segmentos institucionais, as instituições e o próprio sistema, conforme os casos, estão desempenhando" (SOBRINHO, 2008, p.198).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o acesso à educação de qualidade também inclui a garantia de que "[...] desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural". No entanto, existem dois fatores principais que dificultam o amplo acesso à educação de qualidade no Brasil: as desigualdades digital e social.

[...] Compete à educação superior também trabalhar pelo fortalecimento da identidade nacional, pela formação da consciência de nação republicana e soberana. A educação superior é instrumento de aprofundamento e fortalecimento da autonomia pessoal, da emancipação do sujeito, mediante as relações com os valores, o conhecimento, a crítica, a reflexão, o exercício político da participação na vida da sociedade. (SOBRINHO, 2008, p.195)

Antes mesmo da crise econômica provocada pela pandemia, a pesquisa Tic Domicílios (2020) também revelou uma desigualdade preocupante: mais de 99% dos estudantes com renda familiar de três a dez salários-mínimos acessavam a internet, enquanto apenas 68% dos demais, com renda até um salário-mínimo, possuíam conexão em seus domicílios.

A desigualdade no acesso às aulas remotas foi, inclusive, os fatores que aumentaram a taxa de evasão escolar em 2021 em 56%, pois diversos jovens trancaram ou cancelaram suas matrículas depois do início da pandemia. Segundo o relatório 'Juventudes e Pandemia' (2021), elaborado pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), a dificuldade de acesso e a desmotivação com as aulas remotas foram os fatores que mais afastaram os estudantes mais jovens das escolas, enquanto os mais velhos saíram da escola por problemas financeiros e pela necessidade de trabalhar durante o horário das aulas. Nesse sentido, a desigualdade digital não se expressa apenas na dificuldade de acesso a dispositivos eletrônicos, mas também na dificuldade de conexão com a internet, seja pela ausência ou pela existência de uma banda larga deficitária para realizar reuniões, assistir e participar das aulas ao vivo, utilizando recursos como microfone e câmera.

O relatório 'Juventudes e Pandemia' (2021), elaborado pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) revelou que o acesso à internet é extremamente desigual entre as regiões e a renda das famílias. Enquanto a média geral mostra que 83% têm banda larga em casa, apenas 64% das casas com menor renda acessam a internet. Regionalmente, o Nordeste tem 79% de famílias com acesso à banda larga contra 84% da região Sul. Mesmo com a defasagem de aprendizado causada pelas diferentes condições de acesso às aulas remotas, o Ministério da Educação (MEC) aumentou as notas mínimas no Enem exigidas aos candidatos ao Fies em 2021, prezando pela "valorização do mérito" dos estudantes. Em nota, o MEC justificou que a mudança se deve ao fato de que "a meritocracia [é] uma base para formar profissionais ainda mais qualificados". Segundo estimativa do MEC, cerca de 10% dos inscritos no último processo de 2020 não atingiram o desempenho mínimo exigido a partir de 2021, pois a nota média na redação foi de 522,8 em 2020. Porém, caso os 10% de jovens recusados no Fies fossem introduzidos no ensino superior com o respaldo de um financiamento público, a taxa de brasileiros entre 18 e 24 anos presentes no ensino superior crescerá de 18% para 28% (dados do Instituto Semesp). Outra consequência negativa da pandemia foi o aumento da evasão escolar. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cinco milhões de jovens em idade escolar no Brasil estão fora da escola atualmente. Além disso, um levantamento do Pisa (2020) mostrou que o Brasil é o quarto país com mais estudantes que, até os quinze anos, já reprovaram ao menos uma vez (34,1%), enquanto a média dos países da OCDE é 11,4%. Com esses números, o Brasil só fica atrás do Marrocos, com 49,3%; da Colômbia, com 40,8%; e do Líbano, com 34,5%.

De acordo com o estudo "Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar" do Unicef, elaborado com dados coletados em outubro de 2020, a evasão escolar em estados da região Norte foi quatro vezes maior do que a média nacional em 2020, a qual foi de de 3,8% (o que

representa 1,38 milhão de alunos). Já o Nordeste foi a segunda região com o maior número de crianças e adolescentes que desistiram dos estudos após o início da pandemia. Comparativamente, os estados com menores taxas de abandono escolar (entre 3% e 2%) foram Minas Gerais, Sergipe, Piauí, Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pertencentes majoritariamente às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com exceção de Sergipe, Piauí e Bahia. Nas regiões Norte e Nordeste, a maioria dos estudantes mais velhos pertencentes às classes C, D e E abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar e complementar a renda mensal da família durante a pandemia, devido ao aumento das taxas de desemprego em todos os setores da economia. No auge da pandemia, por volta de julho de 2020, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que quatro em cada dez jovens brasileiros de 14 a 29 anos não completaram o ensino médio - cerca de 10,1 milhões.

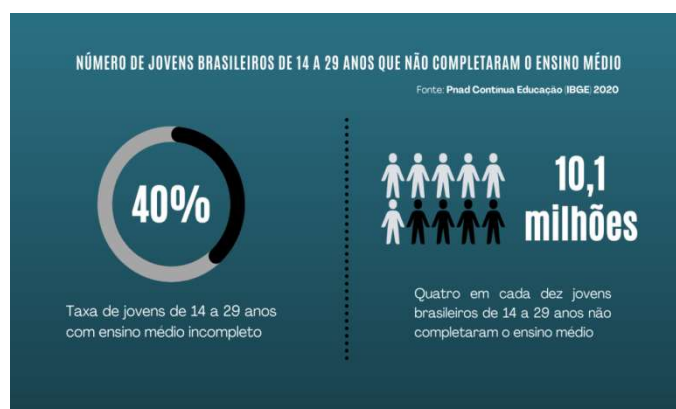


Tabela 1. Número de jovens brasileiros de 14 a 29 anos que não completaram o ensino médio

Desses, 58,3% são homens e 71,7% são pretos e pardos. Para as mulheres, os principais motivos para a evasão escolar são desinteresse com os estudos (24,1%), gestações indesejadas (23,8%) e precisar cuidar de pessoas ou de tarefas domésticas (11,5%). Nesse sentido, um levantamento complementar da Plataforma Juventude, Educação e Trabalho mostrou que o problema da evasão escolar por necessidade de trabalhar persistiu um ano depois da pandemia. De acordo com a Pnad Contínua Educação, 39,1% dos jovens brasileiros evadiram a escola para trabalhar em 2021, seja por pressão dos pais ou iniciativa própria. A prevalência de evasão escolar foi maior entre os jovens com mais de 16 anos de idade e que deveriam estar no ensino médio, entre 15,8% e 18%. Portanto, o ensino médio é a etapa escolar com maior defasagem de alunos devido à evasão escolar, o que prejudica a preparação dos jovens para o Enem. Nesse sentido, o IBGE (2021) constatou que o atraso ou abandono escolar atinge 12,5% das crianças e adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos. Já entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos em 2020, sendo que 11% estavam atrasados e 63,5% não tinham concluído o ensino obrigatório.



Tabela 2. Cenário do abandono escolar no Brasil

REFERÊNCIAS

- BONETTI, L. W. Políticas públicas por dentro. Ijuí (RS): Unijuí, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171002015938/Politicas_publicas_por_dentro.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.
- SILVEIRA, J. I. Profissionalidade do serviço social: estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no “modelo” de competências. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17644/1/Jucimeri%20Isolda%20Silveira.pdf>. Acesso em 20 de out. 2021.
- SOBRINHO, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. SciELO, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/RbsQFJt9w7Xyqc9gpjrXYFg/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 16 set. 2021.
- ZABLONSKY, M. J. Políticas educacionais de acesso e permanência na Educação Superior: uma trajetória do Brasil e Portugal no campo da Educação Superior. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.
